

## A ÉTICA NEOCLÁSSICA EXPLICA A MORAL PREDOMINANTE NA ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA?

Alexandre Martins<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo investiga a possibilidade da ética neoclássica explicar a moral econômica predominante no Brasil contemporâneo. A referida concepção ética é sumariada por meio de seus princípios fundamentais, para ser confrontada com dados, estatísticas e informações acerca do *modus operandi* e do *establishment* da economia nacional. Se conclui que, apesar da ética neoclássica aparentemente explicar as atitudes dos agentes locais, ignora o interesse direto do capital internacional na formação de uma economia de caráter dependente, o que elimina a naturalidade do processo e afeta as premissas teórico-metodológicas da concepção.

**Palavras-chaves:** Economia; Ética; Ética econômica.

### DO NEOCLASSICAL ETHICS EXPLAIN THE PREDOMINANT MORALS IN THE CONTEMPORARY BRAZILIAN ECONOMY?

**ABSTRACT:** This article investigates the possibility of neoclassical ethics explain the prevailing economic morality in contemporary Brazil. The referred ethical conception is summarized through its fundamental principles, to be confronted with data, statistics and information about the *modus operandi* and *establishment* of the national economy. It is concluded that, although neoclassical ethics apparently explains the attitudes of local agents, ignore the direct interest of international capital in the formation of a dependent character economy, eliminating the naturalness of the process and affecting the theoretical-methodological assumptions of conception.

**Keywords:** economy; Ethic; Economic ethics.

Data da submissão: 20-10-2021

Data do aceite: 12-12-2021

### INTRODUÇÃO

Seria a moral econômica do brasileiro no século XXI apenas um capítulo da ética universal e contemporânea do mercado moderno? Sendo a estrutura formal do país assentada no mercado e no Estado moderno de direito<sup>2</sup>, a resposta imediata seria afirmativa, mas elementos diversos parecem contrastar com a letra fria da lei, que ancora a vida social e produtiva no país. Uma inquietação acerca desse comportamento paradoxal do brasileiro fez Fonseca (1993,15) estudar e discutir ética econômica, esperando, embora não quisesse tratar diretamente do problema, “... de algum modo contribuir para aprofundar a análise e amadurecer a reflexão sobre o problema ético brasileiro.” Inspirado no egoísmo ético mandevilliano<sup>3</sup>, Fonseca (1993, 14) cunhou o termo ‘auto engano’<sup>4</sup> para explicar a moral nacional e o desempenho acanhado da economia local, em contraposição à expressão síntese smithiana do liberalismo: ‘auto interesse’.

Pain (2008) e Vaz (2005) seguem linha de raciocínio similar à de Fonseca (1993) para chegar a conclusões semelhantes<sup>5</sup> em áreas afins, ressaltando maneiras de pensar e agir nacionais características de sociedades mercantis mais primitivas<sup>6</sup>. Se o comportamento das abelhas é referencial, a versão mais recente

<sup>1</sup> Doutor em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa (UTL). Professor da Universidade Federal da Paraíba (UFBA).

<sup>2</sup> Conforme o artigo primeiro do título I da constituição da república federativa do Brasil.

<sup>3</sup> Que defende a hipocrisia social e individual, pois na colmeia “... cada um gritava ‘abaixo os desonestos’, apesar de cômico dos próprios defeitos, ...” (Mandeville, 2021).

<sup>4</sup> Suspeita que o fez aprofundar o conceito em Fonseca (1997), mas como especulação filosófica de caráter geral e universal, não conectada a sociedades específicas.

<sup>5</sup> Pain (2008) discute brevemente o predomínio da ética patrimonialista, como manifestação do contra reformismo, sem aprofundar o teor econômico dessa, já Vaz (2005) realiza um amplo relato das práticas legislativas de cunho fisiologista em âmbito federal, caracterizando uma ética da malandragem (ibidem, 227).

<sup>6</sup> A referenciada fábula mandevilliana das abelhas é datada do princípio do século XVIII e reflete o contexto mercantil predominante.

da ética liberal, que a atualiza, poderia avançar na compreensão da moral corrente na economia brasileira contemporânea. O objetivo do presente trabalho é investigar essa hipótese, levando em conta a vertente teórica predominante no mainstream<sup>7</sup>; a escola neoclássica. O intervalo temporal analisado vai de 1990, quando ocorre a reabertura ao comércio internacional multilateral, a 2020, porém, entendendo a moral como construto histórico, a investigação extrapola o limite inferior, adentrando pelo século XX na busca histórica das origens dos costumes e comportamentos dos agentes e grupos econômicos relevantes na atualidade, particularmente no que diz respeito à formação do establishment.

O texto é iniciado com uma breve exposição da ética neoclássica, após a qual é sintetizada a dinâmica dos agrupamentos econômicos principais na disputa pelos mercados da economia brasileira ao longo do período, incluindo os ajustes entre eles, para chegar aos interesses dominantes e às respectivas morais paradigmáticas locais. As articulações econômicas e políticas nesse processo são contextualizadas considerando as especificidades do mercado local, em particular na disputa dos grupos nacionais e estrangeiros pela hegemonia política, manifestas na conquista da condução governamental em nível federal, que delinea o *establishment* nacional<sup>8</sup>. Por fim, a hipótese do trabalho é verificada confrontando as morais predominantes identificadas com a concepção ética neoclássica, considerando dados, informações e estatísticas referentes às práticas do mercado em geral e dos grupos econômicos mais expressivos em particular.

## 2. A ÉTICA NEOCLÁSSICA

A retomada da concepção ética liberal acontece pelas mãos dos neoclássicos, que formulam uma tese centrada em dois pilares: o egoísmo e o utilitarismo. Em relação ao primeiro pilar, o caminho da sociabilidade harmônica smithiana foi minimizado em prol do comportamento das abelhas na fábula. Como acentua Fonseca (1993, 152), o principal avanço dos neoclássicos foi “... preencher a elipse na fórmula ‘vícios privados, benefícios públicos’ com o *insight* central da teoria smithiana.”, o auto interesse, no caso.

O egoísmo ético é o padrão da racionalidade individual dos agentes, que vai ditar a lógica dos mercados. Os indivíduos buscam oportunidades no mercado cientes das repercussões de suas escolhas, seja a incerteza dos negócios ou a repetitividade do trabalho, pois vale qualquer atitude que entregue bens ou serviços, para ganhar renda realizando os desejos dos consumidores<sup>9</sup>. Nesse interim, o trabalho passa a ser apenas um fator de produção, devendo ser tomado por capital humano, cujo desenvolvimento é do interesse de cada um<sup>10</sup>.

O utilitarismo, por sua vez, foi iniciado por Bentham<sup>11</sup>, para quem “...a melhor ação é a que é útil para melhorar o bem-estar ou a felicidade” (Marin e Quintana, 2011, 200) e, nesse sentido, como a dimensão material se impõe, “... o prazer direto do trabalho torna-se irrelevante, pois o prazer de desfrutar dos resultados de uma maior renda é mais importante” (Martins, 2020, 100). Trata-se de uma concepção baseada em metodologia hipotética, consequencialista<sup>12</sup> e pretensamente universal, na qual a troca do fundamento do trabalho pela utilidade não pode ser minimizada, uma vez que a promoção dessa variável ao primeiro plano<sup>13</sup> tem implicações diversas e as principais perdas estão em desconsiderar os contextos histórico e espacial. Embora se possa alegar a universalidade de alguns comportamentos humanos<sup>14</sup>, a história é uma especificidade importante para compreensão da ética por considerar a interação dinâmica de um conjunto de fatores relevantes na determinação do processo evolutivo social. De outro lado, no plano espacial, as relações

<sup>7</sup> Sabe-se que há avanços da escola austríaca nesse terreno, em virtude da nova onda neoliberal do princípio do século XXI ter despertado o interesse dos estudantes por essa escola, projetando nomes como Mises, porém essa ascensão não é significativa, pois como coloca Angeli (2018), ainda estão numa fase de ingresso no *stabliment*, mesmo nos EUA, onde possuem baixos indicadores de reconhecimento acadêmico.

<sup>8</sup> O acompanhamento das gestões governamentais é importante porque refletem os valores predominantes no mercado local, e no Brasil essa importância é ainda maior em razão do protagonismo histórico dos governos na sociedade.

<sup>9</sup> Mill (1986, cap. III) faz uma discussão do trabalho produtivo tendo por base a produção de utilidades.

<sup>10</sup> Conforme a teoria do capital humano de Theodore Shultz (ver Saul, 2004, 235).

<sup>11</sup> Que também contribuiu decisivamente para a ideia central do marginalismo.

<sup>12</sup> Silva (2007, 10-11) discutindo o caráter consequencialista e deontológico das concepções éticas econômicas, defende que todas as teorias têm ao menos um pouco dos dois aspectos.

<sup>13</sup> A utilidade já estava presente nos enunciados da teoria do valor smithiana e ricardiana, mas como variável secundária na determinação do valor.

<sup>14</sup> Como coloca Rouanet (1992, 153), alguns pensadores do iluminismo se debruçaram sobre o tema, mas tiveram dificuldade em elencar princípios universais, bem como entrar em concordância acerca deles.

econômicas internas e internacionais guardam variáveis políticas, também de caráter histórico, fundamentais para compreensão dos rumos das nações, particularmente na modernidade.

Resta daí uma moral flexível que explica a valorização em geral de bens e serviços pela utilidade/demanda, inclusive quando se paga uma mercadoria que passou por desvios morais como roubo, corrupção ou superexploração. As circunstâncias fornecem elementos a serem considerados nas escolhas e cabem aos ofertantes e consumidores as decisões, que formam hábitos e costumes. A precificação rotineira de procedimentos desvirtuados diversos, ainda que apenas por uma parte da população, pode ser incorporada à ordem estabelecida como um tipo de moral útil válida. A premissa do egoísmo ético endossa essa possibilidade, uma vez que o mercado se adapta a costumes diversos para viabilizar ganhos econômicos.

Do ponto de vista neoclássico, a economia é formada a partir do conjunto de mercados específicos autônomos, otimizados separadamente, via ótimo de Pareto. Mercados modernos se pautam pela excelência e avanço nos padrões de produção e relações de trabalho, mas em mercados alternativos essas características convivem com elementos antiquados, como protecionismo e corrupção, ocorrendo uma adaptação da oferta a fatores importantes para garantir o maior ganho possível. Trata-se de uma concepção atomística, na qual a macroeconomia é resultado do somatório de vários mercados interligados, podendo haver a convivência de mercados heterogêneos e suas respectivas morais distintas na dinâmica do processo.

Desde a revolução política francesa à transformação produtiva da revolução industrial, a liberdade sempre foi premissa maior dos liberais, mas agora ela não é mais acompanhada de palavras como fraternidade ou harmonia. A liberdade deixa de ser concebida como meio para construção de sociedades harmônicas (Smith), para lastrear projetos individuais desconectados que perseguem um bem estar material por si. Os estímulos à iniciativa individual resolveriam o problema crucial da produção de bens e serviços, independente do formato de sociabilidade adotada. Para a concepção ética neoclássica, o julgamento externo do mérito da atividade produtiva é exclusivamente econômico e quantitativo, restando o julgamento moral da ação ao próprio agente. A redução à auto avaliação radicaliza a pequenez do egoísmo mandeviliano, enquanto as regras do convívio social são objeto da respectiva esfera social, para onde se desloca a busca qualitativa por valores morais.

Por outro lado, a liberdade, por maior que seja, tem limites dentro dos próprios fundamentos da teoria, e os freios são estabelecidos pela produção de externalidades negativas, que geram desutilidades a terceiros<sup>15</sup>, ou pela afronta ao princípio do livre-arbítrio, que gera desutilidade ao próprio indivíduo (Martins, 2019, 25). Quando os mercados se tornaram a principal forma de organização econômica em meados do século XVIII, a liberdade era mais ampla e os limites eram mínimos, até como reação aos excessos do Estado no feudalismo, fazendo da atividade produtiva algo mais agressivo, num vale-tudo pelo ganho econômico. Entrando no quarto século de sua predominância, os mercados modernos se tornaram regulamentados, passando pela definição de parâmetros estabelecidos as vezes internamente e outras vezes por determinação social, num processo evolutivo pautado pela preservação de seus princípios, e contenção das desutilidades. Assim, a presença desses fatores num mercado maduro deve ser pequena, já em um mercado com características primitivas, esses elementos vão ser mais frequentes, remetendo a alguma incompreensão social em relação às implicações dos princípios do mercado.

Para a ética neoclássica, enfim, a ordem liberal se instala e se molda a qualquer sociedade que esteja aberta ao mercado, e lhe interesse, desde que possa prevalecer a busca individual pelo ganho econômico e o valor utilitarista se sobreponha a costumes particulares quaisquer ou *modus operandi* conservadores antiquados. Nessa lógica, o capital pode ser resiliente a procedimentos alternativos, como intervencionismos de Estado, corrupção ou relações de produção análogas à escravidão, convivendo com eles por conveniência para alcançar seus objetivos.

### 3. A ECONOMIA BRASILEIRA RECENTE: INDUSTRIALIZAÇÃO, ESTABLISHMENT E VALORES

A economia brasileira, que é relativamente expressiva em termos internacionais<sup>16</sup>, teve industrialização baseada em ciclos de governos autoritários<sup>17</sup> a partir da década de 1930, e quando a democracia foi

<sup>15</sup> Silva (2007, 166) e Couto (2017, 61-62) colocam esse elemento como requisito fundamental na leitura de Nozick.

<sup>16</sup> Conforme dados do IPEADATA (2021), o PIB brasileiro pouco evoluiu na década de 1990, cresceu na década de 2000 para voltar a apresentar um crescimento pífio na década de 2010, tendo sido colocada como a sétima economia mundial em 2014 (FMI, 2015).

<sup>17</sup> Exceto no período do governo Juscelino Kubitschek.

reestabelecida em 1984, estava parcialmente industrializada, com problemas estruturais pendentes, alta inflação e um endividamento significativo (Bresser Pereira, 1989).

A abertura da economia brasileira em 1990 marca o início de um período de desindustrialização constante que pode ser medido por indicadores como o VAM<sup>18</sup>, que tem reflexo direto no aumento relativo da competitividade do setor primário, o IVCR e o ICR<sup>19</sup>. Excluindo o período do Estado Novo<sup>20</sup>, a união das oligarquias locais com o capital externo<sup>21</sup> (adiante denominada OLCE), comanda um processo de industrialização centrado em investimentos estrangeiros financeiros e produtivos oligopolistas, debilitadora do capital local. O modelo adotado trouxe restrições e direcionamentos diversos ao mercado, desfavorecendo o amadurecimento dos valores mercantis, que em boa parte se mantiveram primitivos, apesar do contato com a tecnologia dos capitais internacionais.

Ao longo do século XX as tradicionais elites oligárquicas vão estender seus interesses, inclusive à área industrial, mas sempre como coadjuvantes em relação a seu sócio maior (o capital internacional), conservando a essência patrimonialista de sua concepção moral<sup>22</sup>, propensa a mesclar as esferas privadas e pública, para se apossar dessa última e alavancar sua riqueza e seus negócios. Os capitais, por sua vez, têm morais e interesses próximos, centrados na busca do lucro e da acumulação de capital, mas com uma variante principal: os capitais nativos, em regra, alimentam a dinâmica interna e reinvestem seus lucros no país, contribuindo com a geração de tecnologia, com um maior valor agregado no produto interno, com a mudança estrutural e de valores, enquanto o estrangeiro tem compromisso com matriz externa, sem proporcionar dinamismo à economia local, nem mudança valorativa no mercado.

### 3.1 O PERÍODO POR ETAPAS: A DISPUTA DOS GRUPOS E AS ELITES POLÍTICAS DIRIGENTES

Dividindo o período por fases, a década de 1990 começa com disposição de adequação ao mercado, a partir de privatizações, abertura comercial e implementação de políticas macroeconômicas mais ortodoxas para eliminar a inflação inercial. Já nessa primeira década fica marcada a fragilidade do capital local ao competir com o capital estrangeiro (Diniz, 1999, 155), que expande seu papel dentro da aliança OLCE. A derrota econômica se confirma no embate político, quando perde espaço nos governos Collor e FHC, mas como segue uma fase de ajustes e contenção da atividade produtiva, os segmentos instalados no poder saem com popularidade combatida, possibilitando ascensão de projetos de centro-esquerda com inclinação nacionalista. O capital nacional respira.

Os primeiros governos do PT (com Lula) adotam uma expansão da agenda social com crescimento econômico, distribuindo oportunidades de negócios e empregos por todos segmentos<sup>23</sup>, com disseminação de uma moral de mercado contemporânea, ainda que convivendo com os grupos historicamente dominantes e suas morais conservadoras. Na sequência, o governo Dilma herda uma economia com necessidades de ajustes macro, para os quais não houve capacidade de articulação política suficiente, abrindo terreno para a aliança OLCE forçar o impedimento político (Bastos, 2017). Nesse contexto, retorna à cena o protecionismo moral como retórica conservadora social a serviço do mainstream economics local para conter os avanços de ‘projetos corruptos’ de movimentos ‘modernos em excesso’, e/ou de inspiração ‘comunista’<sup>24</sup>. O momento de instabilidade política e econômica foi explorado pela aliança OLCE, que após ter desfrutado de várias benesses e concessões, convence o povo das ‘mazelas’ morais dos governos de cunho esquerdista.

<sup>18</sup> O valor adicionado manufatureiro mostra a participação do setor industrial na economia a partir do valor adicionado: “... Entre 1980 e 2018, a parcela do VAM no PIB reduziu-se à metade, de 24,5% para 11,3%” (Morceiro e Guilhoto, 2020, 836).

<sup>19</sup> Usados por Schmidt e Bittencourt (2010) e Carvalho e Mendonça (2019), que constatarem o significativo processo recente de reprimarização da pauta de exportações brasileiras.

<sup>20</sup> Há toda uma discussão acerca do caráter autônomo do projeto varguista, sintetizada em Fonseca (1999, 403), porém, pode-se afirmar que no período do Estado Novo houve um esforço expressivo desse presidente no sentido controlar a entrada do capital externo e instalar segmentos industriais baseados no capital local, seja privado ou estatal (Campos, 2003, 149), e a instituição de uma legislação trabalhista adequada ao funcionamento mercantil da economia. Já depois do fim do conflito bélico, verifica-se um processo consistente de internacionalização da economia com papel ativo do capital estrangeiro, para preservar a industrialização e aprofundar os padrões de consumo em segmentos mais elevados de renda (Campos, 2009, 133).

<sup>21</sup> Conforme Martins (2012, 141), o esforço de entrada no país do capital estrangeiro se dá já a partir de 1945, por vias políticas, econômicas e ideológicas, apenas o que destoava nessa década em relação aos anos 1950 em diante, é a descontinuidade do processo de industrialização.

<sup>22</sup> Conforme já colocado na introdução do presente texto, os estudos de Pain (2008) e Vaz (2005) exploram e atestam essa hipótese.

<sup>23</sup> O êxito dos governos Lula em atender a vários segmentos econômicos é relativizado por Teixeira e Pinto (2012) como resultado mais da conjuntura interna e externa do que pela política econômica em si.

<sup>24</sup> Manipulação grosseira do conceito de um modo de produção com vistas à demonização generalizada da esquerda.

Na nova globalização dos mercados iniciada no fim do século XX, a soberania local e o capital nativo ficam em segundo plano frente à força dos capitais internacionais e ao enfraquecimento dos Estados nacionais, destacando a hegemonia da ética neoclássica no mainstream internacional. De outro lado, a intensificação dos fluxos migratórios reacende o interesse pelo protecionismo também em países desenvolvidos, mas no Brasil, um país relativamente fechado e pouco desejado pelos trabalhadores do mundo, não havendo inimigos externos, foram criados inimigos internos imaginários, ditos comunistas<sup>25</sup>, pela elite conservadora. O protecionismo local se manifesta como reacionarismo, volta à caverna, à caserna, às origens primário-exportadoras não superadas, apenas modernizadas, num comportamento compatível com o familismo amoral proposto por Banfield (1967).

Em síntese, o começo do período é essencialmente liberal (década de 1990), mas segue uma fase de pactuação ampla (entre 2003 e 2014), que é mais inclusiva socioeconomicamente, acatando o capital nacional, e liberal do ponto de vista social, apontando para um amadurecimento do mercado. A partir de 2015 se retorna para um modelo econômico liberal, agora de concepção social conservadora e retrógrada (em sintonia com elites anacrônicas), comandado pela OLCE, onde tanto o capital local quanto os trabalhadores são colocados à margem. Nessa aparente diversidade há uma predominância dos interesses e da moral da OLCE por todo período, que é apenas arrefecido nas administrações de centro-esquerda petistas dos anos 2000.

#### 4. HÁBITOS ANTIGOS, ÉTICA MODERNIZADA

A economia brasileira contemporânea tem uma estrutura tradicional<sup>26</sup> atualizada por esforços históricos de industrialização, trazendo consigo marcas superestruturais das duas condições, que se misturam num caldo cultural heterogêneo. Há uma convivência de condutas econômicas modernas com antiquadas em muitas atividades, com firmas operando exclusivamente dentro de um modelo moderno de mercado, outras mesclando esse padrão com procedimentos mercantis primitivos, e outras adotando exclusivamente esses últimos<sup>27</sup>. Há várias combinações possíveis entre um expressivo mercado informal<sup>28</sup> e mercados normatizados adequados a demandas internacionais, práticas exploratórias extorsivas de mão de obra paralelamente a contratações compatíveis com a OIT, em empresas que usam técnicas rudimentares a outras que desenvolvem tecnologia de ponta.

Do ponto de vista neoclássico, as duas faces nacionais, moderna de um lado e antiquada de outro, representam alternativas viáveis de negócios para o capital que se complementam e se misturam, com possíveis adaptações às práticas da sociedade. O atrasado serve ao moderno fornecendo matérias primas e mão de obra barata como regra, pelo que a elite local, com sua cultura patrimonialista autoritária, mostra habilidade política em sua capacidade de ajuste ao convívio com os agentes internacionais (Pain, 2008, 13-14), de moral pragmática utilitarista. A elite tradicional nativa fornece o ambiente, as condições materiais e sociais iniciais em que vai se desenvolver a atividade produtiva, o capital se adapta e concilia em nome da elevada lucratividade e das remessas de recursos para fora do país. A impessoalidade do capital estrangeiro contorna a pessoalidade nas relações sociais das elites locais<sup>29</sup>, deixando os espaços tradicionais, de menor rentabilidade, em suas mãos. Essa avaliação impessoal para os neoclássicos, ultrapassa as ações para focar nos resultados esperados, com uma 'máxima' eficiência possível que pode envolver protocolos pouco transparentes ou antiquados. O pragmatismo do capital o faz explorar todas as vias de negócios rentáveis localmente, independentemente de regras, pessoas e princípios morais econômicos e de outras ordens, na medida em que todos servem à moral individual-utilitarista do mercado.

A elite tradicional local permitiu ao capital atuar com poucos limites, apesar do excesso de regulamentação, deixando de integrar boa parte da população ao mercado formal, que recorre ao familismo

<sup>25</sup> Há duas incorreções nesse discurso: 1. A quantidade de comunistas no país é insignificante politicamente, e 2. A ética neoclássica permite a convivência do mercado com governos de partidos comunistas, sendo o caso mais expressivo disso a China.

<sup>26</sup> Base agropecuária forte convivendo com um setor de serviços que ocupa a maior parte da economia e um setor industrial sem protagonismo tecnológico, baseados numa mão-de obra de produtividade média relativamente baixa em relação ao mundo, como os rendimentos de seu trabalho.

<sup>27</sup> Como coloca Abílio (2020, 112), os avanços mais recentes do mercado contemporâneo em geral (terceirização, uberização, entre outros processos) precarizaram as condições de trabalho e produção de modo a aproximá-las das condições de mercados primitivos, após um longo período de melhorias, com introdução da formalidade e garantias trabalhistas como referência.

<sup>28</sup> Conforme Ulyssea (2006), objeto de vários estudos.

<sup>29</sup> Uma das teses principais de Holanda (1971).

amoral como mecanismo de defesa. Pelo princípio utilitarista, essa sociedade fragmentada é incorporada com suas consequências, como a fragilidade das relações sociais, explicitada na tolerância à corrupção<sup>30</sup> e na impunidade disseminadas<sup>31</sup>. Trata-se de inconvenientes transponíveis, que vão ser explorados<sup>32</sup> e considerados como elementos de encarecimento de custo via elevação do nível de risco, sendo computado como custo de operação, sem perder de vista a delimitação do papel da economia na cadeia produtiva mundial.

O familismo amoral é um comportamento de defesa dos indivíduos e de seu círculo de relacionamentos mais próximo, que ajuda a entender menores níveis de desenvolvimento econômico presente em regiões onde há uma resistência à entrada do capital, em razão da força de costumes tradicionais. A tese afirma que nesses locais as pessoas se fecham em redomas, desconfiando das demais, possibilitando uma cristalização das estruturas socioeconômicas e da respectiva moral, rejeitando os requerimentos impessoais do mercado e da sociedade moderna. Nesses agrupamentos, a evolução do mercado não brota internamente, os aperfeiçoamentos do mercado chegam de fora para dentro e quando há uma inescapável exposição, procuram manter resguardados seus espaços (currais). A impunidade é corolário dessa lógica, e a produção de desutilidade daí resultante é precificada e transformada em negócio.

O problema é que o próprio mercado/capital internacional trabalhou, conjuntamente com as elites tradicionais locais brasileiras, para a construção histórica da dualidade socioeconômica das periferias<sup>33</sup>, demonstrando interesse especial por espaços relativamente desocupados pelo mercado, escassos de empresas e de empreendedorismo, e por sua perpetuação. O capital estrangeiro estabelece então uma aliança simbiótica de cunho dependente com os grupos dominantes locais e entra com sua tecnologia, inibindo o desenvolvimento de capitais nativos, eventuais concorrentes futuros, e uma potencial modernização efetiva do mercado local. O capital internacional na contemporaneidade, portanto, não tem, nem coopera com projetos soberanos em países periféricos, porque não tem intenção de estimular o avanço de capitais emergentes (que faria superar a moral arcaica presente), por vir a representar uma ameaça à supremacia dos capitais já desenvolvidos nos países centrais. A sustentação dos costumes econômicos e da moral tradicional como referência é consequência da ação do capital estrangeiro como protagonista na aliança OLCE.

O apoio externo à implantação e execução dos governos militares que antecederam o período em análise<sup>34</sup> é o exemplo disso. São governos que preservaram sua popularidade na contemporaneidade, atravessando, inclusive, o período mais específico de inclinação centro-esquerdista das exitosas gestões petistas (Rocha, 2011), para se afirmar em saudosismo depois de 30 anos de exercício democrático, em grupos mais conservadores inseridos em movimentações sociais articuladas por liberais. A contraditória ressurreição de clamores autoritários por segmentos menos expressivos, ao que o restante liberal compactuou, também pode ser compreendida como manifestação familista amoral, considerando a força das elites tradicionais e do moralismo conservador no país. Como colocava Mandeville, a ‘desenfreada democracia’ aqui continua sendo reprovada por uma parte não desprezível da população.

A lógica autoritária não é prática interna nos países centrais ocidentais, nem politicamente nem economicamente, mas pode ser a preferida pelo capital internacional em países periféricos, como a história mostra, a depender dos contextos e da possibilidade de consolidar os ganhos. Adotar uma forma híbrida de mercado, acomodando permanentemente interesses arcaicos nativos, é uma conveniência útil para o capital. O ajuste nos últimos anos foi além do previsto em concessões, mas houve coerência no alinhamento ao conservadorismo reacionário, sobrepondo devidamente a moral econômica às sociais e políticas.

#### 4.1 ÚLTIMOS ANOS: NOVAS GERAÇÕES, MUNDO DIGITAL E PROPAGAÇÃO DE VALORES

Na raiz das manifestações políticas ocorridas no Brasil a partir de 2013<sup>35</sup> estava a desaprovação às administrações petistas e também às atuações de políticos tradicionais nos parlamentos e no governo, dos juízes em tribunais e de empresários da imprensa<sup>36</sup>, que levou a uma confusa rejeição de instituições modernas

<sup>30</sup> Ver, entre outros, Filgueiras (2009), Pagotto (2010) e Marani (2018).

<sup>31</sup> Vários autores estudaram e constataram pontualmente aspectos da impunidade econômica no Brasil, como Alencar e Gico Júnior (2011), Barreto, Araújo e Brito (2009), Arend (2006), Vilela, Iguti e Almeida (2004), Mezarobba (2004) e Castilho (1996).

<sup>32</sup> Expandindo indústrias como as de segurança privada e de seguros, desde que não sejam negócios de milícias.

<sup>33</sup> Ver Campos (2003), (2009) ou Costa (2008).

<sup>34</sup> Ver Magri (2016).

<sup>35</sup> Que culminaram com o impedimento da presidente Dilma.

<sup>36</sup> Ver Estanque (2014, 70, 71 e 74).

diversas. A condenação da política e do governo é percebida por políticos tradicionais que se esgueiram para uma ‘nova’ direita e escapam sempre se apoiando nos velhos currais eleitorais, junto com o capital, da condenação das massas. O capital é poupado da crítica devido à conjuntura liberal, sendo um consenso entre grupos efetivamente neoliberais e os saudosos de uma intervenção governamental maior, que têm lembrança positiva de sua atuação. O mercado sai incólume de sua ação histórica porque a maior parte da população não alcança a atuação política do capital, mas percebe seu trunfo recente como forma de produção hegemônica, acabando como panaceia, como fórmula de última geração para todos problemas econômicos e sociais.

As percepções de acomodações políticas e falta de avanço social levam a reacionarismos históricos<sup>37</sup>, que se manifestam ciclicamente em saídas salvacionistas<sup>38</sup>, agora agregados a liberais radicais. Iniciados por extratos mais jovens da população, a movimentação mais recente tem perfil diferenciado que reflete a ascensão do neoliberalismo no mundo e rejeita projetos voltados ao trabalhador. Nesse contexto, o capital nacional perde fôlego para envolver a sociedade e construir uma alternativa de projeto político contemplando prioritariamente a atividade produtiva local e seu desenvolvimento mais abrangente, terminando por embarcar também na onda liberal<sup>39</sup>.

Os segmentos etários jovens que reivindicam um modelo de sociedade conservadora junto a uma economia liberal são descendentes de contemporâneos dos governos militares, que ecoam a popularidade desses, repercutindo sua cultura e valores ao mesmo tempo em que marginalizam a esquerda, muitas vezes por defeitos comuns às administrações militares. São tantos, que elegeram Collor como o primeiro presidente (em 1989) após o ciclo militar, uma perfeita síntese liberal/patrimonialista, e depois de um período de governos mais ao centro, outra geração elege Bolsonaro, uma segunda síntese da mesma ordem. A revitalização desses valores na contemporaneidade acentua a contradição conceitual do modelo local, que parece ter algo fora de lugar; uma economia *sui generis* na qual o moderno faz do atraso seu companheiro, mas como concubino.

Por mais resultados que se apresente, os governos de centro-esquerda recentes com pautas de correção de injustiças socioeconômicas são avaliados mais por suas falhas<sup>40</sup>. Há mais um paradoxo aí, uma vez que o último ciclo militar tem um *modus operandi* de contornos desenvolvimentistas, promovendo industrialização com forte intervenção na economia, limitação de importações, etc., enquanto os governos de centro-esquerda recentes incentivaram a atividade com a economia relativamente aberta nos anos 2000 e distribuindo ganhos para os mesmos capitais produtivos (Almeida, 2011, 75-76) e financeiro (Lapyda, 2019, 201-202).

Esta mistura dos territórios políticos e econômicos não é percebida pelo cidadão comum, que é conservador em geral e repele alternativas morais a qualquer sinal de ameaça a seus princípios sociais mais fundos. A fragilidade econômica torna a distorção da realidade mais fácil, se invocando sempre os valores ‘universais’ de maior apelo, como honestidade, laços parentais e a propriedade. As elites locais já acostumadas a transitar no campo do imaginário, das demonizações, evitando a exposição dos reais interesses envolvidos e de indicadores socioeconômicos, somam um aliado com a chegada da internet, que deveria ser libertadora, mas acaba sendo transformada em instrumento multiplicador de mistificações e manipulações (Maynard, 2014, 62).

Autores como Christofolletti (2018) constata a mudança da dinâmica social com a disseminação da internet, propiciando a formação de bolhas, que têm reforçado uma visão específica, fragmentada e distorcida da realidade; as pós-verdades. Os sites dessas bolhas sociais relegam ou manipulam informações que julgam contrárias a seus interesses, construindo uma realidade escapista parcial e paralela. Foi o que aconteceu no Brasil e nos EUA, com a eleição de presidentes menos afeitos ao diálogo e situados mais ao extremo do campo da direita, cada qual com suas características, que o mainstream acatou como segunda opção necessária.

Em países como o Brasil, onde a educação é frágil e as mistificações estão arraigadas, a convivência com esses mecanismos de deformação da realidade só reforçou sua tradição social e cultural. A falta de uma priorização na política educacional nos anos recentes<sup>41</sup> apenas confirma a trajetória histórica de relativo

<sup>37</sup> Baquero e Vasconcelos (2013) procuram avaliar as consequências da cultura política na América do Sul, e particularmente no Brasil, onde não se apoia nem se confia nas instituições democráticas.

<sup>38</sup> Os pontos mais recentes desse processo são a eleição de Jânio Quadros, Fernando Collor e Bolsonaro, esses dois últimos dentro do período analisado.

<sup>39</sup> Diniz e Boschi (2003, 28) relatam os fatores associados a isso, como “... a fragmentação da dinâmica dos interesses organizados e sua evolução para uma direção mais competitiva”.

<sup>40</sup> Ver sobre isso, por exemplo, Gonçalves (2018) e Oliveira (2003).

<sup>41</sup> Estudos como o de Marchelli (2010) exploram facetas do problema.

abandono e fragilidade do sistema educacional nacional, no mais, campo de atuação da limitada pauta neoliberal (Silva e Cantarelli, 2019). Dentro dessa realidade deficiente, as diretrizes locais têm focado mais no desimpedimento da ação de grupos privados e numa formação mais direta para o mercado, estreitando a formação das novas gerações (Fonseca, 2009). Escolas são rebatimentos do padrão moral da sociedade e espaços de aprendizagem, se o ambiente virtual se torna universo de propagação da informação, passa a ser uma escola alternativa de formação política e econômica significativa, frequentemente deformada pela reduzida presença de regulamentações e filtros. O moderno conectou o país diretamente com o atraso, possibilitando a articulação de grupos antes dispersos. Esses grupos viesados rejeitaram a condução da modernização social encampada pelas elites gestoras no começo do século XXI no Brasil, e uma vez surgindo os problemas políticos e econômicos, somaram esforços para construir uma alternativa reacionária ao *status quo*.

A ascensão da direita arcaica mais reacionária ao establishment marca uma mudança de planos forçada da aliança OLCE. Essas forças conjuntamente construíram a queda dos projetos ditos de ‘esquerda’, mas a OLCE não conseguiu delinear como desejava os rumos da sociedade na sequência, dado o protagonismo da direita reacionária, de maneira que o establishment foi perpetuado com outra textura, autoritária. Assim, a ética neoclássica segue, agora norteada por um governo com características anacrônicas que estimulam o aprofundamento das práticas primitivas de mercado, legitimado por instituições precárias e elites conservadoras. Até quando perdem os anéis para não perder os dedos, numa atitude tipicamente utilitarista, se confirma sua atuação decisiva para o desencadear dos fatos.

## 5. CONCLUSÕES

O presente trabalho analisou a hipótese da ética neoclássica explicar os hábitos e costumes predominantes na economia brasileira contemporânea, confrontando seus princípios com as práticas do mercado e dos grupos dominantes no establishment, considerado em sua dinâmica ao longo do período 1990/2020. Apesar da ética neoclássica se basear numa resiliência dos agentes, que se adaptam a qualquer modalidade de negócio que resulte em ganho econômico, o estudo aponta que, por um lado, a produção de desutilidades em série acusa baixa adesão aos valores de mercado modernos, e por outro lado, a opção metodológica da vertente produz uma concepção genérica, sem preocupação com origens, históricas, do fenômeno observado, deixando em aberto as razões da flexibilidade moral prevalecente.

A economia brasileira é dual, mercados modernos e competitivos convivem paralelamente com estruturas oligopolistas e oligárquicas, numa demonstração da maleabilidade neoclássica. Uma análise de longo prazo mostra que o fluxo de capitais se intensificou no mercado nacional no século XX, sem avançar sobre formas atrasadas para transformá-las. A ética neoclássica justifica esse ponto remetendo à indefinição do tempo necessário para a consolidação de novos valores mercantis, enquanto isso, o autoengano seria um traço comum no comportamento dos agentes locais, como sentenciou Fonseca (1993).

Se constatou, entretanto, que as dualidades são produzidas e reproduzidas pela aliança historicamente dominante entre oligarquias locais e capitais externos (OLCE), que gestaram também a perpetuação da ética antiquada dos primeiros. A essência desse processo está mais para um engano propriamente dito da sociedade, construído com frequentes falsas promessas de modernização e atualização na economia, que sempre terminam por conservar as estruturas, as elites dominantes, seus interesses e seus valores. Nesse processo, a ideologia dominante construiu o desgaste de projetos econômicos locais progressistas e alimentou a redenção pelo mercado, levando boa parte da população a um comportamento familista amoral (que favorece a perpetuação de morais conservadoras) pelas frustrações socioeconômicas recorrentes.

O período estudado mostra como a OLCE se mantém como força dominante, sem permitir avanços da demanda e do capital internos, que são contidos por falsas rupturas que reconduzem ao poder os mesmos grupos patrimonialistas excludentes através da mudança de denominações partidárias, neologismos, e introdução de novas lideranças, para perpetuar suas práticas mercantis flexíveis, primitivas e modernas. A diferença na contemporaneidade é que agora os grupos tradicionais se unem também a neoliberais, que comandam movimentos e manifestações sociais, compatibilizando agendas distintas por uma causa maior, a exclusão da esquerda moderada e do capital interno do establishment.

As práticas heterogêneas do mercado se impõem no país não apenas pela versatilidade ‘natural’ do utilitarismo em si, mas porque os grupos dominantes construíram esse *status quo*, inviabilizando o capital

local historicamente e, com isso, também a disseminação de uma cultura de mercado contemporânea, centrada no avanço de todas atividades e na circulação interna da riqueza. Enfim, a ética individual-utilitarista neoclássica explica todas condutas econômicas da economia brasileira recente para, contudo, não revelar o substancial: a marginalização socioeconômica sistemática da maior parcela da população e dos capitais locais pelo modelo das elites perdominantes.

## REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila C. Uberização: a era do trabalhador *just in time*? **Estudos Avançados**, v. 34, n 98, 2020. Disponível em < [www.scielo.br/j/ea/a/VHXmNyKzQLzMyHbgcGMNNwv/?lang=pt&format=pdf](http://www.scielo.br/j/ea/a/VHXmNyKzQLzMyHbgcGMNNwv/?lang=pt&format=pdf)> Acesso em 10/09/2021.

ALENCAR, Carlos H. R. de e GICO JÚNIOR, Ivo. Corrupção e judiciário: a (in)eficácia do sistema judicial no combate à corrupção. **Revista Direito GV**, vol. 7, n 1, 2011.

ALMEIDA, Mansueto. O novo Estado desenvolvimentista e o governo Lula. **Economia & Tecnologia**. Ano 7, Volume especial, 2011.

ANGELI, Eduardo. Caminhos da Escola Austríaca: relação com ortodoxia, engajamento e produção de novo conhecimento. **Nova Economia**, v. 28, n 2, 2018. Disponível em < [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-63512018000200681&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-63512018000200681&script=sci_arttext)> Acesso em 29/03/2021.

AREND, Márcia A. **O controle penal da ordem tributária no Brasil: o uso do direito penal para a impunidade da sonegação fiscal no Brasil**. Tese de doutorado, UFSC/Programa de pós-graduação em direito, Florianópolis, 2006.

BASTOS, Pedro P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Economia Contemporânea**, número especial, 2017. Disponível em < <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/352780/1/S1415-98482017000200209.pdf>> Acesso em 17/06/2021.

BANFIELD, Edward C. **The moral basis of a backward Society**. New York: Free press, 1967.

BAQUERO, Marcello e VASCONCELOS, Camila de. Crise de representação política, o surgimento da antipolítica e os movimentos apartidarismo no brasil. Anais do 5 congresso da Associação brasileira de pesquisadores em comunicação política. 2013. Disponível em < <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT06-Cultura-politica-comportamento-e-opiniao-publica-MarcelloBaquero.pdf>> Acesso em 31/08/2021.

BARRETO, Paulo, ARAÚJO Elis e BRITO, Brenda. **A impunidade de crimes ambientais em áreas protegidas federais na Amazônia**. IMAZON, Belém, 2009. Disponível em < [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/61276859/A\\_Impunidade\\_de\\_Crimes\\_Ambientais20191120-87964-ti681h-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1629472832&Signature=YsCITNRnS7cL-78-hxHje~Z-nhpy5OhLzh3avyDQOn4ezPwbjmy5igamhzvKabq6SjL1GbP0-4tODQeBSLQWc2i~Ig~dFwo2Om9-amDA9pEVvQysIarRdZ1S6IixkqEYHM5fIDZY7DQbUmrClkLMJNVX4QPm77hop6Q~rMce5cjPPTGrJPsKyTxhxQOKczZnscy98MV87kv8et4UU1Csflma89yB~ovA6LCBguFamEK61RwXSS1CYgERYAOT7qsLcwUdTLmmOyzFyw27vLmldqunL77R25Fv3O18PnEe~Uvf2PWT0ABx4B8HdTwg4wWpj4A-Jy6WxX4WMMVBjkwuQ\\_\\_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/61276859/A_Impunidade_de_Crimes_Ambientais20191120-87964-ti681h-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1629472832&Signature=YsCITNRnS7cL-78-hxHje~Z-nhpy5OhLzh3avyDQOn4ezPwbjmy5igamhzvKabq6SjL1GbP0-4tODQeBSLQWc2i~Ig~dFwo2Om9-amDA9pEVvQysIarRdZ1S6IixkqEYHM5fIDZY7DQbUmrClkLMJNVX4QPm77hop6Q~rMce5cjPPTGrJPsKyTxhxQOKczZnscy98MV87kv8et4UU1Csflma89yB~ovA6LCBguFamEK61RwXSS1CYgERYAOT7qsLcwUdTLmmOyzFyw27vLmldqunL77R25Fv3O18PnEe~Uvf2PWT0ABx4B8HdTwg4wWpj4A-Jy6WxX4WMMVBjkwuQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA)> Acesso em 20/08/2021.

BRESSER PEREIRA, Luiz C. Da crise fiscal à redução da dívida. BRESSER PEREIRA, Luiz C. (org.), **Dívida externa: crise e soluções**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAMPOS, Fábio A. **Estratégias de desenvolvimento nacional: o papel do capital estrangeiro entre o segundo governo Vargas e o governo Castello Branco (1951-1966)**. Dissertação de mestrado, UNICAMP, Campinas, 2003. Disponível em < [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286153/1/Campos\\_FabioAntoniode\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286153/1/Campos_FabioAntoniode_M.pdf)> Acesso em 12/04/2021.

CAMPOS, Fábio A. **A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)**. Tese de doutorado. UNICAMP, Campinas, 2009. Disponível em < [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285635/1/Campos\\_FabioAntoniode\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285635/1/Campos_FabioAntoniode_D.pdf)> Acesso em 20/07/2021.

CARVALHO, Danielle E. e MENDONÇA, Talles G. Inserção regional da economia brasileira no comércio mundial: verificação das evidências de reprimarização das exportações estaduais. **Teoria e Evidência Econômica**, n. 53, 2019. Disponível em < <http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/8414/114115892>> Acesso em 30/04/2021.

CASTILHO, Ela, W. W. **O controle penal sobre os crimes contra o sistema financeiro nacional (Lei N. 7.492, DE 16.06.86)**. Tese de doutorado, UFSC/Curso de pós-graduação em direito, Florianópolis, 1996.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Padrões de manipulação no jornalismo brasileiro: fake News e a crítica de Perseu Abramo 30 anos depois. **Rumores**, n. 23, v. 12, 2018. Disponível em < <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/144229/140804>> Acesso em 20/05/2021.

COSTA, Maria R. **Capital estrangeiro e desenvolvimento econômico: cinco décadas do investimento direto estrangeiro no Brasil**. Dissertação de mestrado. PUC/SP, São Paulo, 2008. Disponível em < <https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/9358/1/Maria%20Roselene%20B%20Costa.pdf>> Acesso em 20/07/2021.

COUTO, Aluizio. Tensões internas na teoria de direitos de Nozick. **Dissertatio**, n. 46, 2017.

DINIZ, Eli. Globalização, elites empresariais e democracia no Brasil dos anos 90. **Ensaio FEE**, v. 20, n. 1, 1999.

DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato R. Empresariado e estratégias de desenvolvimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 52, 2003. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/5T6y9CVbbZvxFXK6FrwbxNq/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em 30/08/2021.

ESTANQUE, Elísio. Rebeliões de classe média: precariedade e movimentos sociais em Portugal e no Brasil (1011-2013). **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 103, 2014. Disponível em < <file:///C:/Users/ALEXAN~1/AppData/Local/Temp/rccs-5540.pdf>> Acesso em 31/08/2021.

FILGUEIRAS, Fernando. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. **Opinião Pública**, v. 15, n. 2, 2009. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/op/a/8vW5w5whdMLRD3sqWPV6fgg/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 16/09/2021.

FMI. World Economic Outlook Database. 2015.

FONSECA, Eduardo G. **Vícios privados, benefícios públicos? A ética na riqueza das nações**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

FONSECA, Eduardo G. **Auto-engano**. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

FONSECA, Pedro C. D. **Vargos: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FONSECA, Marília. Políticas públicas para a qualidade da educação da educação brasileira: entre o utilitarismo e a responsabilidade social. **Cadernos Cedes**, v. 29, n. 78, 2009. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KxshC7YgLVQW7MF8tG3Mj7r/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em 23/08/2021.

GONÇALVES, Rodrigo S. **Teoria e prática em Fernando Henrique Cardoso: da nacionalização do marxismo ao pragmatismo político (1958-1994)**. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 2018.

HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. 6 ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1971.

IBRE. Evolução do PIB percapita e situação política. 2020. Disponível em < <https://blogdoibre.fgv.br/posts/evolucao-do-pib-capita-e-situacao-politica/>> Acesso em 01/04/2021.

IPEADATA. Variação real anual do PIB do Brasil em %, 1901 a 2020. Disponível em < [https://www.google.com/search?q=pib+brasileiro+1930+2020&client=firefox-b-d&sxsrf=ALeKk00Iac2bwNGC7VIT45PelXRzCGOspg:1617304809852&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=7bHrpEWYe8Q5SM%252CKBApHD5Hq7KV-M%252C\\_&vet=1&usg=AI4\\_-kQJhm52t5NRop\\_1FV14MCX-ey9CjQ&sa=X&ved=2ahUKEwjxxrz14d3vAhWdGrkGHT07CxMQ9QF6BAgOEAE#imgrc=7bHrpEWYe8Q5SM](https://www.google.com/search?q=pib+brasileiro+1930+2020&client=firefox-b-d&sxsrf=ALeKk00Iac2bwNGC7VIT45PelXRzCGOspg:1617304809852&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=7bHrpEWYe8Q5SM%252CKBApHD5Hq7KV-M%252C_&vet=1&usg=AI4_-kQJhm52t5NRop_1FV14MCX-ey9CjQ&sa=X&ved=2ahUKEwjxxrz14d3vAhWdGrkGHT07CxMQ9QF6BAgOEAE#imgrc=7bHrpEWYe8Q5SM)> Acesso em 01/04/2021.

LAPYDA, Ilan. **Financeirização no Brasil nos anos Lula (2003-2010)**. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 2019. Disponível em < [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-10092019-170148/publico/2019\\_IlanLapyda\\_VCorr.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-10092019-170148/publico/2019_IlanLapyda_VCorr.pdf)> Acesso em 16/09/2021.

MAGRI, Pedro H. A interferência norte-americana na política interna brasileira: o caso do jornal 'A noite'. **Revista Mosaico**, v. 9, n. 2, 2016. Disponível em <http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/4590/3000> Acesso em 30/04/2021.

MANDEVILLE, Bernard. **A fábula das abelhas: vícios privados, benefícios públicos**. Disponível em <<https://projetophronesis.wordpress.com/2014/11/20/a-fabula-das-abelhas-de-bernard-mandeville/>> Acesso em 31/03/2021.

MARANI, Silvio C. Z, et al. Meanings of research on corruption. **Revista de administração pública**, v. 52, n 4, 2018. Disponível em < [www.scielo.br/pdf/rap/v52n4/en\\_1982-3134-rap-52-04-712.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rap/v52n4/en_1982-3134-rap-52-04-712.pdf)> Acesso em 08/01/2020.

MARCHELLI, Paulo S. Expansão e qualidade da educação básica no brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.140, 2010. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/cp/a/b33K3R3mBkrVQQzSFSTJ3gy/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em 20/08/2021.

MARIN, Solange R. e QUINTANA, André M. Adam Smith e Francis Ysidro Edgeworth: uma crítica ao utilitarismo. **Nova Economia**, v. 21, n 2, 2011.

MARTINS, Alexandre L. **O processo inflacionário brasileiro: 1890-1990**. Condicionantes políticos e culturais. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

MARTINS, Alexandre L. Desafios éticos contemporâneos das economias de mercado. **Revista de Economia Política e História Econômica**, n 42, 2019.

MARTINS, Alexandre L. Uma breve história da ética do trabalho no mundo ocidental. **Revista de Economia Política e História Econômica**, n 44, 2020.

MAYNARD, Dilton C. S. Intolerância ao sul da América: estudo comparado de grupos fascistas do Brasil e da Argentina na internet (1996-2007). **Revista Tempo e Argumento**, v. 6, n. 12, 2014. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/3381/338132153004.pdf> Acesso em 07/07/2021.

MEZAROBBA, Glenda. Entre Reparações, Meias Verdades e Impunidade: O Difícil Rompimento com o Legado da Ditadura no Brasil. **SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 1, n. 1, 2004. Disponível em [www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_boletim/bibli\\_bol\\_2006/sur-13.pdf#page=7](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/sur-13.pdf#page=7) . Acesso em 07/07/2020.

MILL, John, S. **Princípios de economia política**. 2 ed. São Paulo: nova cultural, 1986.

MORCEIRO, Paulo C. e GUILHOTO, Joaquim J. M. Adensamento produtivo e esgarçamento do tecido industrial brasileiro. **Economia e Sociedade**, v. 29, n. 3, 2020. Disponível em < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8663636/25664>> acesso em 14/04/2021.

OLIVEIRA, Amâncio J. O governo do PT e a ALCA: política externa e pragmatismo. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, 2003. Disponível em < [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000200023&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000200023&script=sci_arttext&tlng=pt)> Acesso em 20/05/2021.

PAGOTTO, Leopoldo U. C. **O combate à corrupção: a contribuição do direito econômico**. Tese de doutorado em direito econômico. São Paulo, Faculdade de direito/Universidade de São Paulo, 2010.

PAIN, Antônio. Avanços na determinação do conteúdo do debate ético no Brasil. **Revista Estudos Filosóficos**, n. 1, 2008. Disponível em < <http://seer.ufsj.edu.br/index.php/estudosfilosoficos/article/view/2415>> Acesso em 28/09/2020.

ROCHA, Antônio J. Militares e política no Brasil. **IPEA, texto para discussão n 1670**, Brasília: 2011. Disponível em < [repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1166/1/td\\_1670.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1166/1/td_1670.pdf)> Acesso em 09/05/2020.

ROUANET, Sérgio P. Dilemas da moral iluminista. In: Novaes, Adauto (org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das letras/Secretaria municipal de cultura, 1992.

SAUL, Renato P. As raízes renegadas do capital humano. **Sociologias**, n 12, 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/j/soc/a/zS5YP9GZGXRbFbzsfCV8Hcj/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 03/09/2021.

SCHMIDT, Ricardo e BITTENCOURT, Maurício V. L. O perfil tecnológico das exportações brasileiras: uma análise prospectiva para o período 1985-2004. **Economia e Tecnologia**, v. 22, n. 3, 2010. Disponível em < <https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26964/17984>> Acesso em 26/04/2021.

SILVA, Marcos F. **Ética e economia**: impactos na política, no direito e nas organizações. Rio de Janeiro, Elsevier, 2007.

SILVA, Simone G. e CANTARELLI, Juliana M. Justiça social e discurso neoliberal: problematizações sobre a base nacional comum curricular. **Revista Espaço Pedagógico**, v 26, n 3, 2019. Disponível em <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/9267> Acesso em 18/08/2021.

TEIXEIRA, Rodrigo A. e PINTO, Eduardo C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, v. 21, número especial, 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ecos/a/WRPZxp3LrymkXcqsR6gmNXD/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 12/10/2021.

ULYSSEA, Gabriel. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Revista de Economia Política**, v 26, n 4, 2006. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/rep/a/m4LDxr4dJt6hTJd5589wPBz/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em 25/09/2021.

VAZ, Lúcio. **A ética da malandragem**: no submundo do Congresso Nacional. São Paulo: Geração editorial, 2005.

VILELA, Rodolfo A. G., IGUTI, Aparecida M. e ALMEIDA, Ildeberto M. Culpa da vítima: um modelo para perpetuar a impunidade nos acidentes do trabalho. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n 2, 2004. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/csp/a/n9YJ9gXknCxXCpBztHLB9LG/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 20/08/2021.